



“Porque eu sou do tamanho do que vejo  
E não do tamanho da minha altura...”  
Fernando Pessoa

## Curso para empreender chega a aldeia indígena

Distante 12km da cidade de Brasilândia, na região Costa-Leste de Mato Grosso do Sul (MS), a aldeia Ofaié, que conta atualmente com 106 integrantes, receberá a primeira edição do curso Empretec, do Sebrae, voltado a um público indígena. A capacitação para desenvolver as características empreendedoras será aplicada entre 8 e 13 de abril, exclusivamente a um grupo de mulheres artesãs da comunidade, que realiza trabalhos manuais com tecidos.



## Sebrae pelo Brasil

Pela relevância da ação, na sexta-feira, o presidente do Sebrae Nacional, Décio Lima, fará uma visita técnica ao local para conhecer as atividades e as participantes. Mato Grosso do Sul será o 18º estado visitado por ele no projeto “Sebrae pelo Brasil”, cuja programação também inclui agenda na capital, Campo Grande.

## Economia local

MS possui, hoje, a terceira maior população indígena do país, com mais de 116 mil indivíduos, segundo IBGE. Essa população cresceu 51% entre os anos de 2010 e 2022 no estado. O curso Empretec foi levado a Brasilândia no formato “Rural” por meio do programa Cidade Empreendedora, iniciativa do Sebrae/MS realizada em parceria com a prefeitura municipal para a transformação da economia local.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



## Sinergia entre setores público e privado

O presidente da ABDI, Ricardo Cappelli, defende mais sinergia entre o setor público e o privado no país para fomentar a inovação. “Estamos ajudando a modelar um formato, com segurança jurídica, para que o gestor público possa contratar serviços e produtos na área de inovação e, assim, estimular esse perfil da indústria. Uma forma de ajudar a colocar em prática a lei de Inovação”, explicou Cappelli. Ele aponta que países, como EUA e Canadá, deram saltos em inovação de forma semelhante.

## Destruir investimentos

A ABDI está, por exemplo, apoiando a Petrobras na modelagem de contratações inovadoras. Fará o mesmo com os Correios e outras empresas. Também está firmando cooperação com o Ibama e outros órgãos para modernização de processos e superação de gargalos que travam investimentos do setor produtivo.

## Fim do Perse: apreensão da Abrasel com prorrogação da MP

A recente decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que prorrogou por 60 dias a Medida Provisória que revoga o Perse, trouxe dúvidas e considerações importantes aos empresários que aderiram ao programa. De acordo com a MP, em função da prorrogação, o Perse estaria sem validade pelos próximos dois meses — criando a obrigação às empresas de exercer pagamentos baseados em alíquotas normais, sem as vantagens do programa, a partir do primeiro dia de abril.

## Alíquota zero

Instituído por meio da Lei nº 14.148/2021, o Perse estabeleceu, dentre outras medidas para reduzir o impacto sofrido durante a pandemia da covid-19, alíquota zero de tributos federais para as empresas do setor de eventos enquadradas no regime de lucro real e presumido, dentre elas, bares e restaurantes.

Geraldo Magela/Agência Senado



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



## Mobilização no Congresso

“É com muita preocupação que acompanhamos os desdobramentos. Em um cenário de empresas ainda endividadas e com problemas para se recuperarem das dificuldades dos últimos anos, temos de avaliar os riscos de uma decisão que pode agravar a situação destes estabelecimentos. Estamos em conversa com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com o presidente da Câmara, Arthur Lira, e com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, em busca de uma solução que concilie os desafios do orçamento com a sobrevivência das empresas do setor”, afirma Paulo Solmucci, presidente-executivo da Abrasel.

## A conta vai chegar

Com a prorrogação da MP, no geral, entra em vigor a necessidade de recolhimento de Pis e Cofins a partir de abril. O recolhimento referente a abril de 2024 está previsto para 25 de maio de 2024, e essa data se repetirá sucessivamente, a menos que haja alteração legal.

## Cafeteria-escola na Praça dos Três Poderes

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Distrito Federal (Senac-DF) e a Secretaria de Estado de Turismo do DF (Setur-DF) assinarão, no dia 16 de abril, convênio para a implantação de empresa pedagógica de gastronomia na Casa de Chá, na Praça dos Três Poderes. A operação será feita no formato de cafeteria-escola, onde alunos do Senac-DF farão estágio supervisionado por instrutores da instituição. O objetivo é valorizar esse patrimônio histórico e cultural tão relevante para a cidade, fomentar o turismo e oferecer ao público um local acessível e aconchegante.

Reprodução redes sociais



**MOBILIDADE /** Pessoas com dificuldades físicas de locomoção reclamam da falta de acessibilidade para se deslocarem em alguns pontos da capital federal. Especialista avalia medidas que poderiam ser adotadas para minimizar o problema

# A luta pelo direito de ir e vir

» LUIS FELYPE RODRIGUES\*

Pegar um ônibus para ir a shopping, cinema, comércio ou escola é uma rotina que deveria ser acessível a todos. Mas exercer o direito de ir e vir, garantido na Constituição Federal, não é tarefa simples para pessoas com mobilidade reduzida no Distrito Federal. O Correio conversou com mães de cadeirantes que destacaram os principais problemas que enfrentam no cotidiano. Especialista cita medidas que poderiam ser adotadas para amenizar o problema.

Laura Alves, 24 anos, mãe de Alice Alves, 6, que tem paralisia cerebral, comenta sobre as dificuldades que enfrentam diariamente. “Para entrar em um ônibus, temos que tentar uns cinco, tudo isso por conta da dificuldade de encontrar algum que tenha o elevador funcionando”, lamenta. Para chegar ao Hospital da Criança de Brasília José Alencar (HCB), Laura conta que teve que sair de casa no Sol Nascente às 8h e só chegou ao destino às 12h. “O governo poderia tomar providências em relação aos ônibus. Deveriam fazer revisões diárias, como eles colocam um veículo nas ruas com o elevador danificado?”, indagou.

Em relação à qualidade dos ônibus, a Secretaria de Transporte e Mobilidade (Semob) esclarece que todos os veículos da frota do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF são equipados com elevadores de acessibilidade e passam por vistorias obrigatórias e fiscalizações em campo, onde são verificados diversos itens relacionados à segurança, estrutura e funcionamento dos equipamentos. No entanto,

a Semob não disse a frequência da fiscalização.

## Calçadas e auxílio

De acordo com Haroldo Paranhos, professor de Engenharia Civil do Centro Universitário de Brasília (Ceub), por mais que muitas vezes os ônibus e o metrô sejam aptos a transportar pessoas com mobilidade reduzida, o trajeto delas até esses meios de locomoção pode não ser acessível. “Será que as calçadas que vão do metrô até o trabalho estão em condições adequadas para receber essas pessoas? Acho que não. É preciso existir em alguns eixos esses caminhos”, destaca.

O especialista explica que muitas calçadas existentes no DF não têm condições de serem utilizadas por pessoas com mobilidade reduzida, pois, nesses caminhos, existem postes, árvores e não têm nivelamento. “Acredito que o governo deveria incentivar a criação de locais acessíveis. Quando alguém for construir um imóvel para uma empresa, deveria existir um relatório de impacto para pedestres e pessoas com baixa mobilidade a, pelo menos, 1km, assim como o relatório de impacto de trânsito (RIT)”, enfatiza.

Com os membros inferiores paralisados por conta da poliomielite, Jairo Araújo Campos, 50, relata as dificuldades que enfrenta para se locomover no DF. “Aqui na Rodoviária, por exemplo, quase nunca encontro um elevador funcionando, e as pessoas não me ajudam a descer as escadas por medo de me derrubar. Tenho que usar um no Conic e atravessar a pista para chegar aqui. É muito triste essa situação”, pontua.

O morador do Gama queixa-se sobre a condição das calçadas na região, dificultando o acesso ao

Luis Fellype Rodrigues



Laura Alves demora muito para entrar em um ônibus com a filha, Alice Alves

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Jairo Campos reclama da qualidade dos elevadores da rodoviária

comércio. “Os comerciantes não se preocupam em fazer uma rampa de acesso. Isso sem contar os

postes, árvores e lixos que ficam nos locais onde eu posso passar. Tenho que dividir espaço com os

motoristas, arriscando minha vida. O governo deveria dar atenção a esses pontos”, reclama.

Em relação aos problemas com calçadas, a Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do DF (DF Legal) informa que, no ano passado, foram registradas 3.563 ações fiscais para avaliação de calçadas e outras 390 ações fiscais para acessibilidade. De acordo com o DF Legal, obras em áreas públicas são consideradas infração gravíssima de acordo com a Lei Distrital nº 6.138/2018, e o valor inicial da multa é de R\$ 6.875,87.

## Políticas públicas

No Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), existe a Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência (Proped),

## Serviço

### Calçadas

» Ouvidoria do GDF: Em caso de atendimento presencial, cada órgão público do GDF conta com uma ouvidoria especializada, que funciona de segunda à sexta, das 07h às 21h e, nos finais de semana, das 08h às 18h. O telefone é 162.

### Ônibus

» Ouvidoria do GDF: É importante informar o número da linha, local e horário da ocorrência, para que a equipe de fiscalização possa verificar e tomar as devidas providências. Telefone: 162, ou pelo site [participa.df.gov.br](http://participa.df.gov.br).

que atua nas demandas coletivas para impedir a restrição de direitos da pessoa com deficiência (PCD), fazendo a fiscalização e implementação de políticas públicas.

De acordo com o promotor de Justiça José Theodoro Corrêa de Carvalho, titular da Proped, o objetivo é não deixar ninguém desamparado. “As principais denúncias das pessoas com mobilidade reduzida são em relação à acessibilidade, como as vagas reservadas, rampas de acesso e calçadas”, pontua. O último levantamento feito pela promotoria colocou Samambaia e Ceilândia como as regiões administrativas com a maior quantidade de PCDs com dificuldade na mobilidade, 7.140 e 6.356, respectivamente.

\*Estagiário sob a supervisão de Márcia Machado